

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FABRÍCIO CASTAGNA LUNARDI

PARTE I	TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO
PARTE II	TUTELA DE CONHECIMENTO (PROCESSO DE CONHECIMENTO)
PARTE III	TUTELAS DE URGÊNCIA
PARTE IV	PROCESSO CAUTELAR
PARTE V	RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS
PARTE VI	LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
PARTE VII	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL
PARTE VIII	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E AÇÕES COLETIVAS



Verbo Jurídico

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L961c Lunardi, Fabrício Castagna
Curso de direito processual civil / Fabrício Castagna
Lunardi. – Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2013.
687 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-7699-438-1

1. Direito Processual Civil Contemporâneo. 2. Processo Cautelar. 3. Tutela de Conhecimento. 4. Decisões Judiciais. 5. Execução de Título. 6. Procedimentos Especiais. 7. Ações Coletivas. 8. Executivo Extrajudicial. I. Título.

CDD 341.46

Bibliotecária Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

Projeto de Capa - Marcos Duarte

Editoração - Daniel Scheer



Verbo Jurídico
editora

Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899 - Porto Alegre, RS

Fone: (51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023-3063

verbojuridico@verbojuridico.com.br

www.verbojuridico.com.br

SUMÁRIO

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO	39
CAPÍTULO I - NOÇÕES GERAIS, CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E PRINCÍPIOS	39
1 INTRODUÇÃO	39
2 O PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO	40
3 TENDÊNCIAS DO PROCESSO CIVIL	40
4 PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	41
4.1 Princípio do devido processo legal	42
4.2 Princípio do acesso à justiça	42
4.3 Princípio da isonomia	43
4.4 Princípio da motivação das decisões judiciais	45
4.5 Princípio da publicidade	46
4.6 Princípio do contraditório	47
4.7 Princípio da cooperação.....	48
4.8 Princípio da ampla defesa	50
4.9 Princípio do juiz natural.....	51
4.10 Princípio da adequação e princípio da adaptabilidade do procedimento	52
4.11 Princípio da inércia da jurisdição e princípio do impulso oficial	53
4.12 Princípio da tempestividade da tutela jurisdicional, da duração razoável do processo ou da celeridade	53
4.13 Princípio da efetividade	54
4.14 Princípio da economia processual	54
4.15 Princípio da instrumentalidade	55
4.16 Princípio do duplo grau de jurisdição	55
4.17 Princípio da proporcionalidade	56
EXERCÍCIOS	57
CAPÍTULO II - JURISDIÇÃO	59
1 CONCEITUAÇÃO E NOÇÕES GERAIS	59
2 EQUIVALENTES JURISDICIONAIS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	60
3 CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO	61
4 ESCOPOS DA JURISDIÇÃO	62
5 JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	62
CAPÍTULO III - COMPETÊNCIA	63
1 CONCEITO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	63
2 PERCURSO LÓGICO PARA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA	63
3 CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA	64
3.1 Competência interna/competência internacional	64
3.2 Competência concorrente da Justiça brasileira	64

3.3 Competência exclusiva da justiça brasileira	65
3.4 Competência interna	65
3.4.1 Competência material	65
3.4.2 Competência em razão do valor	65
3.4.3 Competência funcional	66
3.4.4 Competência territorial	66
3.4.4.1 Competência territorial estabelecida em leis especiais	68
4 PERPETUATIO JURISDICTIONIS	68
5 COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	69
5.1 Noções gerais.....	69
5.2 Características e efeitos da incompetência absoluta e relativa.....	70
5.2.1 Incompetência relativa.....	70
5.2.2 Incompetência absoluta	71
5.3 Quadro sinóptico das diferenças entre incompetência absoluta e relativa	71
6 QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE COMPETÊNCIA	72
6.1 Escolha aleatória de foro pelo autor	72
6.2 No caso de inventário e partilha, a competência territorial estabelecida no Código de Processo Civil é absoluta ou relativa?	73
7 CONSEQUÊNCIA DO RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA	73
8 MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	74
8.1 Noções gerais.....	74
8.2 Conexão.....	74
8.3 Continência.....	75
8.4 Consequências da conexão e da continência	76
8.5 Foro de eleição	77
8.6 Prorrogação da competência.....	77
8.7 Alteração de competência por criação de nova vara.....	78
9 CONFLITO DE COMPETÊNCIA	79
9.1 Noções gerais, espécies e legitimidade.....	79
9.2 Competência para julgar o conflito.....	79
9.3 Procedimento do conflito de competência.....	80
10 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM MATÉRIA CÍVEL.....	81
10.1 Aspectos gerais.....	81
10.2 Hipóteses de competência da Justiça Federal	82
10.3 Competência da Justiça Estadual por Delegação da Justiça Federal	86
11 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO APÓS A EC 45/2004: QUESTÕES POLÊMICAS E LIMITES TÊNUES COM A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	87
EXERCÍCIOS CAPÍTULOS II E III	88
CAPÍTULO IV - AÇÃO	93
1 TEORIAS DA AÇÃO	93
1.1 Teoria Civilista (ou Teoria Imanentista).....	93
1.2 Teoria Concreta	93
1.3 Teoria do Direito Potestativo de Agir.....	94
1.4 Teoria Abstrata da Ação	94

1.5 Teoria Eclética da Ação	95
2 CONDIÇÕES GENÉRICAS DA AÇÃO	95
2.1 Legitimidade das partes (Legitimatío ad causam ou pertinência subjetiva)	95
2.1.1 Questões sumuladas sobre legitimidade das partes.....	96
2.2 Interesse em agir (ou interesse processual).....	97
2.3 Possibilidade jurídica.....	98
3 CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO ..	98
4 TEORIA DA ASSERTÇÃO (OU <i>PROSPETTAZIONE</i>).....	99
5 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES SEGUNDO A TEORIA QUINÁRIA DE PONTES DE MIRANDA.....	99
5.1 Ação declaratória.....	99
5.2 Ação constitutiva	100
5.3 Ação condenatória	100
5.4 Ação mandamental	100
5.5 Ação executiva.....	101
EXERCÍCIOS	101
CAPÍTULO V - PROCESSO.....	105
1 TEORIAS DO PROCESSO.....	105
1.1 Teoria da Relação Processual	105
1.2 Teoria da Situação Jurídica.....	105
1.3 Teoria da Categoria Jurídica Autônoma	106
1.4 Teoria do Módulo Processual	106
1.5 Teoria da Entidade Complexa.....	106
CAPÍTULO VI - PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	107
1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	107
2 CLASSIFICAÇÃO	107
3 PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS RELATIVOS AO JUIZ.....	107
4 PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RELATIVOS ÀS PARTES	109
5 PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTERNOS OU INTRÍNSECOS	111
6 PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS OU NEGATIVOS	112
7 QUADRO SINÓPTICO	113
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS VI E VII	114
CAPÍTULO VII - A FUNÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO	115
CAPÍTULO VIII - PARTES.....	117
1 NOÇÕES GERAIS.....	117
2 REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	117
3 CURADOR ESPECIAL	117
3.1 Noções gerais.....	117
3.2 Hipóteses de nomeação de curador especial	118

4 SUCESSÃO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	119
4.1 Legitimação extraordinária e substituição processual	119
4.2 Sucessão processual.....	119
5 AUTORIZAÇÃO	120
6 CAPACIDADE POSTULATÓRIA	121
CAPÍTULO IX - LITISCONSÓRCIO	123
1 CONCEITO	123
2 CABIMENTO	123
3 CLASSIFICAÇÃO	124
4 LITISCONSÓRCIO ATIVO, PASSIVO E MISTO.....	124
5 LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E FACULTATIVO.....	124
5.1 Litisconsórcio necessário.....	124
5.1.1 Causas da necessidade do litisconsórcio:.....	126
5.2 Litisconsórcio facultativo	127
6 LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO E LITISCONSÓRCIO SIMPLES	128
6.1 Litisconsórcio unitário	128
6.2 Litisconsórcio simples	129
6.3 Releitura do art. 47 do CPC.....	130
7 LITISCONSÓRCIO INICIAL E LITISCONSÓRCIO ULTERIOR.....	130
7.1 Litisconsórcio inicial	130
7.2 Litisconsórcio ulterior.....	130
8 EFEITOS DO LITISCONSÓRCIO.....	131
8.1 Prazos	131
8.2 Relações entre os litisconsortes	131
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS VII E IX	132
CAPÍTULO X - INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	137
1 CONCEITO E ASPECTOS GERAIS	137
2 CASOS DE PROIBIÇÃO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO	137
2.1 Nos Juizados Especiais	137
2.2 Nas ações do controle concentrado de constitucionalidade	138
3 O INGRESSO DO TERCEIRO NO PROCESSO E A QUALIDADE DE PARTE .	138
4 CLASSIFICAÇÃO.....	139
5 ESPÉCIES	139
6 ASSISTÊNCIA.....	139
6.1 Conceito.....	139
6.2 Espécies de assistência	140
6.2.1 Assistência litisconsorcial.....	140
6.2.2 Assistência simples.....	141
6.3 Regime jurídico	141
6.4 Requisitos	142
6.5 Efeito da intervenção	142
7 OPOSIÇÃO	143
7.1 Conceito.....	143
7.2 Espécies de oposição	144

7.2.1 Oposição interventiva	144
7.2.2 Oposição autônoma	145
7.3 Natureza jurídica da oposição	146
8 NOMEAÇÃO À AUTORIA	147
8.1 Conceito	147
8.2 Hipóteses legais	147
8.2.1 Quando o detentor for demandado em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor (art. 62, CPC)	147
8.2.2 Quando o responsável pelos prejuízos, na ação indenizatória, alegar que praticou o ato por ordem ou em cumprimento de instruções de terceiro (art. 63, CPC)	148
8.3 Procedimento da nomeação à autoria	148
8.4 Teoria da Dupla Aceitação	149
8.5. Perdas e danos	149
8.6 Críticas	150
9 DENUNCIACÃO DA LIDE	150
9.1 Noções gerais	150
9.2 Natureza jurídica	150
9.3 Cabimento	151
9.3.1 Denúnciação da lide ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta	152
9.3.2 Denúnciação da lide ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada ..	152
9.3.3 Denúnciação da lide àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda	153
9.4 “Obrigatoriedade” da denúnciação	154
9.5 Prejudicialidade	155
9.6 Posição do denunciado na demanda principal	155
9.7 Incursões do Código de Defesa do Consumidor	158
9.8 Denúnciação per saltum e denúnciação coletiva	158
9.9 Denúnciação nas ações de responsabilidade civil do Estado	159
9.10 Denúnciação da lide no rito sumário	160
9.11 Hipóteses de inadmissibilidade da denúnciação da lide	161
10 CHAMAMENTO AO PROCESSO	161
10.1 Conceito	161
10.2 Hipóteses legais	162
10.3 Pressupostos para o chamamento	163
10.4 Ônus (desvantagens) do não chamamento	163
10.5 Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor	163
10.6 Chamamento ao processo no seguro de responsabilidade legal	164
10.7 Não cabimento no processo de execução e cautelar	164
10.8 Chamamento ao processo nas obrigações alimentares	165
11 RECURSO DE TERCEIRO	166
11.1 Conceito	166
11.2 Requisitos	167
12 INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE	167

12.1 Conceito.....	167
12.2 Previsões legais no direito brasileiro	167
12.3 Natureza jurídica.....	168
12.4 Poderes processuais	168
13 INTERVENÇÃO ANÔMALA DOS ENTES FEDERADOS	169
14 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	170
14.1 Assistência	170
14.2 Da denunciação em garantia / denunciação da lide	171
14.3 Chamamento ao processo	174
14.4 Recurso de terceiro	175
14.5 <i>Amicus curiae</i>	175
14.6 Nomeação à autoria	175
EXERCÍCIOS.....	176

CAPÍTULO XI - O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	181
EXERCÍCIOS.....	185

CAPÍTULO XII - FORMAS DOS ATOS PROCESSUAIS	187
1 INTRODUÇÃO.....	187
2 TEMPO	187
3 PRAZOS PROCESSUAIS	188
3.1 Classificações	188
3.2 Prazos legais, judiciais e convencionais	188
3.3 Prazos dilatatórios e prazos peremptórios	189
3.4 Prazos próprios e impróprios	189
3.5 Início do prazo	189
3.6 Contagem dos prazos processuais.....	190
3.7 Prazo processual e uso do fax	191
3.8 Recesso forense, feriados e suspensão dos prazos.....	192
3.9 Prazos e a Lei do Processo Eletrônico (Lei 11.419/2006).....	193
4 LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....	193
5 MODO OU FORMA “STRICTU SENSU” DOS ATOS PROCESSUAIS.....	194
6 PRECLUSÃO.....	196

CAPÍTULO XIII - COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	197
1 CITAÇÃO	197
1.1 Conceito.....	197
1.2 Casos em que, temporariamente, não se pode fazer a citação	198
1.3 Classificação da citação.....	198
1.4 Citação postal	198
1.5 Citação por oficial de justiça	199
1.6 Citação por meio eletrônico.....	199
1.7 Citação por hora certa	200
1.8 Citação por edital.....	201
2 INTIMAÇÃO	202
3 COMUNICAÇÃO ENTRE OS JUÍZOS	202

3.1. Carta de ordem, carta rogatória e carta precatória	202
3.2 Caráter itinerante	202
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS XII E XIII	203
CAPÍTULO XIV - VÍCIOS E INVALIDADES PROCESSUAIS	207
1 PRINCÍPIOS	207
1.1 Princípio da Instrumentalidade	207
1.2 Princípio da Finalidade	207
1.3 Princípio do Prejuízo	208
1.4 Princípio do Interesse	208
1.5 Princípio da Causalidade	208
1.6 Princípio do Aproveitamento	208
2 CLASSIFICAÇÃO DOS VÍCIOS PROCESSUAIS	209
2.1 Inexistência do ato processual	209
2.2 Invalidade do ato processual	209
2.3 Ineficácia do ato processual	210
2.4 Mera irregularidade	211
3 CONVALIDAÇÃO DO ATO PROCESSUAL	211
4 OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE INVALIDADES PROCESSUAIS	212
EXERCÍCIOS.....	212
PARTE II – TUTELA DE CONHECIMENTO (PROCESSO DE CONHECIMENTO)	213
CAPÍTULO I - FORMAÇÃO DO PROCESSO	213
1. ASPECTOS GERAIS.....	213
2 MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.....	214
3 ESTABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA DA DEMANDA.....	215
3.1 Estabilidade objetiva da demanda.....	215
3.1.1 Aditamento do pedido.....	216
3.2 Estabilidade subjetiva da demanda	216
CAPÍTULO II - SUSPENSÃO DO PROCESSO	219
1 CONCEITO E EFEITOS	219
2 HIPÓTESES DE SUSPENSÃO	219
CAPÍTULO III - EXTINÇÃO DO PROCESSO	223
1 NOÇÕES GERAIS.....	223
2 EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO	223
3 EXTINÇÃO DA FASE DE CONHECIMENTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.....	228
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS I, II E III.....	230
CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	233
1. NOÇÕES GERAIS E CABIMENTO.....	233

16 CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FABRÍCIO CASTAGNA LUNARDI

CAPÍTULO V - PETIÇÃO INICIAL	235
1 NOÇÕES GERAIS E CONCEITO	235
2 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	235
3 EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL.....	236
4 INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	237
4.1 Causa	237
4.2 Hipóteses de indeferimento da petição inicial	237
4.3 Inépcia da petição inicial	238
5 A DEMANDA: PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDO.....	238
6 CAUSA DE PEDIR.....	238
7 PEDIDO	240
7.1 Conceito e classificação.....	240
7.2. Princípio da congruência: incidência e mitigação	240
7.3 Requisitos do pedido	241
7.4 Pedido genérico	242
8 CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	242
8.1 Cumulação própria e cumulação imprópria.....	243
8.1.1 Cumulação própria	243
8.1.2 Cumulação imprópria	243
8.2 Pedido alternativo.....	243
8.3 Cumulação inicial e ulterior.....	244
8.4 Requisitos da cumulação	244
9 PEDIDO IMPLÍCITO	245
10 VALOR DA CAUSA	245
11 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA	246
CAPÍTULO VI - IMPROCEDÊNCIA PRIMA FACIE (JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA)	249
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS VI, V e VI	251
CAPÍTULO VII - RESPOSTAS DO RÉU	255
1. CONTESTAÇÃO.....	255
1.1 Conceito, espécies e classificações.....	255
1.2 Princípio da eventualidade, ônus da impugnação especificada dos fatos e contestação por negativa geral.....	256
1.3 Matérias que devem ser alegadas em preliminar de contestação	256
1.4 Prazo para contestação.....	258
2 REVELIA E EFEITOS.....	259
3 RECONVENÇÃO	261
3.1 Conceito, forma e prazo.....	261
3.2 Requisitos	262
3.3 Indeferimento da reconvenção.....	262
3.4 Resposta à reconvenção	262
3.5 Procedimento sumário e sumaríssimo	263
3.6 Reconvenção e ações de procedimento especial.....	263
3.7 Reconvenção e honorários advocatícios	264
4 EXCEÇÕES (EXCEÇÕES INSTRUMENTAIS)	265

4.1 Conceito, objeto, forma e espécies	265
4.2 Prazo	265
4.3 Suspensão do processo e dos demais prazos	266
4.4 Exceção de incompetência	267
4.5 Exceção de suspeição e de impedimento	268
5 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	269
6 IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA	270
EXERCÍCIOS	270

CAPÍTULO VIII - FASE DE SANEAMENTO (OU DE ORDENAMENTO DO PROCESSO)	275
1 PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	275
2 AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	276
3 JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	278

CAPÍTULO IX - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	279
1 DEFINIÇÃO, FORMA, NATUREZA JURÍDICA, OBJETO E CARACTERÍSTICAS	279
2 ORDEM DA AUDIÊNCIA	279
3 AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DAS TESTEMUNHAS, DAS PARTES OU DOS ADVOGADOS	280
4 DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA	281
5 FUNÇÕES DO JUIZ NA AUDIÊNCIA	281

CAPÍTULO X - PROCEDIMENTO SUMÁRIO	283
1 NOÇÕES GERAIS	283
2 CABIMENTO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	283
2.1 Em razão do valor	283
2.2 Em razão da matéria	283
3 HIPÓTESES DE NÃO CABIMENTO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	284
4 PROCEDIMENTO	285
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
EXERCÍCIOS	287

CAPÍTULO XI - DIREITO PROBATÓRIO	289
1 TEORIA GERAL DA PROVA	289
1.1 Conceito, normatização e objeto	289
1.2 Características do fato probando	289
2 FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA	290
3 PROVA DO DIREITO	290
4 DESTINATÁRIOS DA PROVA	290
5 SISTEMAS DE APRECIÇÃO DAS PROVAS	290
6 PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO PROBATÓRIO	291
6.1 Princípio da Liberdade dos Meios de Prova (ou Atipicidade dos Meios de Prova)	291
6.2 Princípio Inquisitivo	291
6.3 Princípio da Busca da Verdade Possível	292

6.4 Princípio da Persuasão Racional (ou Livre Convencimento Motivado).....	293
6.5 Princípio da Comunhão da Prova ou da Aquisição Processual da Prova.....	293
6.6 Princípio da Necessidade da Prova.....	294
6.7 Princípio da Identidade Física do Juiz.....	295
6.8 Princípio da Proibição da Prova Ilícita.....	296
7 MEIOS DE PROVA.....	297
8 PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ.....	298
9 PROCEDIMENTO DA PROVA.....	298
10 ÔNUS DA PROVA.....	299
10.1 Conceito.....	299
10.2 Teorias.....	299
10.3 Ônus do autor e ônus do réu.....	299
10.4 Inversão do ônus da prova.....	300
10.5 Ônus da prova nas relações de consumo.....	300
10.6 Inversão do ônus da prova: regra de instrução ou regra de julgamento?.....	301
10.7 Ônus da prova na tutela de direitos coletivos.....	303
11 RECUSA DA PARTE A SE SUBMETER À PROVA.....	303
12 CLASSIFICAÇÃO DA PROVA.....	304
13 PROVA DIABÓLICA.....	304
14 PROVA EMPRESTADA.....	305
15 PROVAS EM ESPÉCIE.....	306
16 PROVA DOCUMENTAL.....	306
16.1 Conceito, distinções e características.....	306
16.2 Exibição de documento ou coisa.....	307
16.3 Incidente de falsidade documental.....	309
17 DEPOIMENTO PESSOAL.....	310
18 PROVA TESTEMUNHAL.....	311
19 PROVA PERICIAL.....	312
20 INSPEÇÃO JUDICIAL.....	313
EXERCÍCIOS.....	314
CAPÍTULO XII - TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL.....	317
1 AS DECISÕES JUDICIAIS.....	317
2 O NOVO CONCEITO LEGAL DE SENTENÇA E A PROBLEMÁTICA DO RECURSO CABÍVEL.....	318
3 REQUISITOS DA SENTENÇA.....	321
3.1 Requisitos facultativos.....	323
3.1.1 Preâmbulo.....	323
3.1.2 Ementa.....	323
3.2 Elementos essenciais da sentença.....	324
3.2.1 Relatório.....	324
3.2.2 Fundamentação.....	325
3.2.3 Dispositivo.....	326
4 CAPÍTULOS DE SENTENÇA.....	326
5 CLASSIFICAÇÕES DA SENTENÇA.....	327
5.1 Decisão definitiva e decisão terminativa.....	327
5.2 Sentenças declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva.....	328

6 DECISÃO SOBRE OS PEDIDOS	330
7 CONGRUÊNCIA DA SENTENÇA	330
8 FATO SUPERVENIENTE.....	331
9 EFEITOS DA SENTENÇA.....	331
10 INALTERABILIDADE DA SENTENÇA PELO JUIZ	331
11 ESPECIFICIDADES DA TUTELA JURISDICIONAL	331
11.1 Tutela jurisdicional diferenciada.....	332
11.2 Tutela específica e tutela pelo equivalente em dinheiro	332
11.3 Tutela preventiva e tutela repressiva.....	332
11.4 Tutela inibitória e tutela da remoção do ilícito	332
12 ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.....	333
EXERCÍCIOS.....	335
CAPÍTULO XIII - COISA JULGADA.....	337
1 CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES.....	338
2 CLASSIFICAÇÃO: COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	338
3 EFEITOS DA COISA JULGADA	338
4 LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	339
4.1 Limites objetivos	340
4.2 Limites subjetivos da coisa julgada	340
5 MODOS DE PRODUÇÃO DE COISA JULGADA: PRO ET CONTRA, SECUNDUM EVENTUM LITIS E SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS	340
6 RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	341
7 COISA JULGADA NAS SENTENÇAS DETERMINATIVAS	343
EXERCÍCIOS.....	344
PARTE III - TUTELAS DE URGÊNCIA: MEDIDAS LIMINARES, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E MEDIDA CAUTELAR	347
CAPÍTULO I - TUTELAS DE URGÊNCIA.....	347
1 OBJETO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES	347
2 TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA.....	347
3 TUTELAS PROVISÓRIAS: CARACTERÍSTICAS	348
4 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E MEDIDAS CAUTELARES: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	348
4.1 Quadro Sinóptico	350
5 DISTINÇÃO ENTRE MEDIDA REQUERIDA LIMINARMENTE, MEDIDA LIMINAR DE PROCEDIMENTO ESPECIAL, MEDIDA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA.....	350
6 AS MEDIDAS CAUTELARES E ANTECIPATÓRIAS DE TUTELA CONCEDIDAS LIMINARMENTE E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	351
CAPÍTULO II - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	353
1 NOÇÕES GERAIS, BREVE HISTÓRICO, CONCEITO E REGRAMENTO	353
2 EFEITOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS	353
3 PROCEDIMENTOS EM QUE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA É CABÍVEL	354

4 MOMENTO DA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	355
5 ESPÉCIES DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	355
6 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – TUTELA DE URGÊNCIA.....	356
7 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – SANÇÃO.....	357
8 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – PEDIDO INCONTROVERSO.....	357
9 LEGITIMIDADE PARA REQUERER A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	358
10 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	360
11 FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E CAUTELAR.....	361
12 RECURSO CABÍVEL CONTRA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	361

CAPÍTULO III - AS TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	365
1 ASPECTOS GERAIS.....	365
2 QUADRO COMPARATIVO ENTRE O CPC/1973 E O PROJETO DO NOVO CPC.....	366
EXERCÍCIOS.....	375

PARTE IV - PROCESSO CAUTELAR.....	379
--	------------

CAPÍTULO I - TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR.....	379
1 ESCORÇO HISTÓRICO.....	379
2 FUNÇÃO DA CAUTELAR.....	379
3 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO CAUTELAR.....	380
3.1 Autonomia.....	380
3.2 Acessoriedade.....	380
3.3 Dupla Instrumentalidade.....	381
3.4 Urgência.....	381
3.5 Sumariedade da cognição.....	381
3.6 Provisoriedade.....	382
3.7 Precariedade.....	382
3.8 Não Definitividade.....	382
3.9 Fungibilidade entre cautelares.....	382
4 O PODER GERAL DE CAUTELA.....	383
5 A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DE OFÍCIO PELO JUIZ.....	383
6 CLASSIFICAÇÃO DAS CAUTELARES.....	383
6.1 Cautelares nominadas e inominadas.....	383
6.2 Ação cautelar preparatória e ação cautelar incidental.....	384

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO CAUTELAR COMUM.....	385
1 COMPETÊNCIA.....	385
2 PETIÇÃO INICIAL DA CAUTELAR.....	386
3 MEDIDA LIMINAR NAS CAUTELARES.....	387
4 EFICÁCIA DA MEDIDA CAUTELAR.....	388
5 CONTESTAÇÃO.....	389
6 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	389
7 SENTENÇA.....	389

8 MÉRITO DAS AÇÕES CAUTELARES	389
9 DIFERENÇA ENTRE OS REQUISITOS PARA A MEDIDA CAUTELAR EM SEDE LIMINAR E A TUTELA CAUTELAR NA SENTENÇA	390
10 RESPONSABILIDADE CIVIL DO AUTOR DA CAUTELAR PELOS DANOS CAUSADOS PELA MEDIDA CAUTELAR	390

CAPÍTULO III - PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CAUTELARES

ESPECÍFICOS	391
1 DO ARRESTO	392
2 DO SEQUESTRO	392
3 DA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO	392
4 DA EXIBIÇÃO	392
5 DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	392
6 DA CAUTELAR DE ALIMENTOS PROVISIONAIS	393
7 DA JUSTIFICAÇÃO	393
8 DOS PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	394
8.1 Protesto	394
8.2 Notificação	394
8.3 Interpelação	395
8.4 Procedimento	395
9 AÇÃO CAUTELAR DE ATENTADO	395
10 REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS	396
EXERCÍCIOS	396

PARTE V – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS

CAPÍTULO I - TEORIA GERAL DOS RECURSOS	399
1 CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E OBJETO	399
2 CLASSIFICAÇÃO	399
2.1 Recursos parciais e totais	399
2.2 Recursos de fundamentação livre e de fundamentação vinculada	400
2.3 Recursos ordinários e extraordinários	400
3 ATOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO	401
4 PRINCÍPIOS RECURSAIS	401
4.1 Princípio da Taxatividade	401
4.2 Princípio da Unirrecorribilidade	402
4.3 Princípio da Dialeiticidade	402
4.4 Princípio da Fungibilidade	402
5 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	402
6 PRESSUPOSTOS RECURSAIS (REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE)	403
6.1 Legitimidade para recorrer	403
6.2 Cabimento	403
6.3 Interesse recursal	403
6.4 Tempestividade	404
6.5 Regularidade Formal	404
6.6 Preparo	404

7 DESISTÊNCIA	405
8 RENÚNCIA	406
9 JUÍZO DE MÉRITO DO RECURSO	406
10 PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS	407
11 EFEITOS DO RECURSO	408
11.1 Efeito devolutivo	408
11.2 Suspensivo	408
11.3 Impedimento do trânsito em julgado	409
11.4 Efeito regressivo ou de retratação	409
11.5 Efeito extensivo ou expansivo subjetivo	409
12 RECURSO ADESIVO	409
EXERCÍCIOS	411
CAPÍTULO II - APELAÇÃO	413
1 CABIMENTO, CARACTERÍSTICAS, FORMA, PRAZO, EXTENSÃO E PROFUNDIDADE	413
2 EFEITOS	413
3 PROCEDIMENTO	414
4 DA POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES EM SEGUNDA INSTÂNCIA	416
5 TEORIA DA CAUSA MADURA	416
6 APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PRIMA FACIE (ART. 285-A DO CPC)	417
CAPÍTULO III - AGRAVO	419
1 CONCEITO, CABIMENTO, PRAZO, ESPÉCIES	419
2 AGRAVO RETIDO	419
3 AGRAVO DE INSTRUMENTO	420
4 QUESTÕES COMPLEXAS E POLÊMICAS	424
CAPÍTULO IV - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	429
1 CONCEITO, PRAZO E CABIMENTO	429
2 EFEITOS	430
3 EFEITO MODIFICATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (EFEITOS INFRINGENTES)	430
4 INTERRUPTÃO DO PRAZO	431
5 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETÓRIOS	432
CAPÍTULO V - EMBARGOS INFRINGENTES	435
1 ASPECTOS GERAIS, CABIMENTO E QUESTÕES CONTROVERTIDAS	435
2 PRAZO	439
3 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	439
4 EFEITOS QUANTO AO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	439
EXERCÍCIOS CAPÍTULOS II, III, IV E V	441

CAPÍTULO VI - RECURSO ORDINÁRIO	445
1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	445
2 COMPETÊNCIA RECURSAL E HIPÓTESES DE CABIMENTO	445
3 REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	447
4 LEGITIMIDADE	448
5 PROCEDIMENTO	448
CAPÍTULO VII - RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	449
1 NOÇÕES GERAIS	449
2 PRAZO	449
3 FORMA DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	450
4 PROCEDIMENTO	451
5 RECURSO EXTRAORDINÁRIO	451
5.1 Função constitucional	451
5.2 Cabimento.....	452
5.3 Repercussão geral no Recurso Extraordinário	452
6 RECURSO ESPECIAL	454
6.1. Myster constitucional	454
6.2. Cabimento.....	454
7 PREQUESTIONAMENTO	457
8 JÚZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	458
9 AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL QUE NEGA SEGUIMENTO A RE E RESP	459
10 EFEITO DEVOLUTIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	460
11 ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	461
12 RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO STJ NO RECURSO ESPECIAL.....	461
13 RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO RETIDOS.....	462
14 RECURSOS REPETITIVOS	465
15 QUESTÕES POLÊMICAS	466
CAPÍTULO VIII - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	469
EXERCÍCIOS CAPÍTULOS VII E VIII	470
CAPÍTULO IX - REEXAME NECESSÁRIO	473
1 CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA	473
2 CABIMENTO	473
3 REEXAME NECESSÁRIO E JULGAMENTO	475
CAPÍTULO X - RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	477
1 CONCEITO, COMPETÊNCIA, NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS	477
2 RECLAMAÇÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	477
3 RECLAMAÇÃO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	478

4 RECLAMAÇÃO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS.....	479
5 LEGITIMIDADE	480
6 PROCEDIMENTO.....	480
CAPÍTULO XI - SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	483
1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	483
2 NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTO	484
3 LEGITIMIDADE ATIVA	485
4 COMPETÊNCIA.....	486
5 PROCEDIMENTO.....	487
6 RECURSOS CONTRA A DECISÃO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E NOVO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	488
7 JULGAMENTO CONJUNTO DE PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E EXTENSÃO DA SUSPENSÃO A LIMINARES SUPERVENIENTES	490
8 EFICÁCIA TEMPORAL DA SUSPENSÃO DA SEGURANÇA.....	490
CAPÍTULO XII - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NOS TRIBUNAIS.....	491
1 OBJETO, COMPETÊNCIA, NATUREZA JURÍDICA, PROCEDIMENTO E VINCULAÇÃO.....	491
2 INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	492
3 INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	494
EXERCÍCIOS CAPÍTULOS IX, X, XI e XII	496
CAPÍTULO XIII - AÇÃO RESCISÓRIA.....	499
1 FORMAS DE DECONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA	499
2 PRESSUPOSTOS DA RESCISÃO	499
2.1 Decisão de mérito transitada em julgado	500
2.2 Ocorrência de uma das hipóteses de rescindibilidade previstas no art. 485 do CPC	500
2.3 Obediência ao prazo decadencial de 2 anos.....	500
3 LEGITIMIDADE	501
3.1 Legitimidade ativa	501
3.2 Legitimidade passiva	502
4 COMPETÊNCIA.....	502
5 CABIMENTO	504
6 CASOS DE NÃO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA	509
7 PROCEDIMENTO.....	510
7.1 Petição inicial	510
7.2 Depósito prévio	510
7.3 Tutelas de urgência.....	511
7.4 Contestação.....	512
7.5 Reconvenção.....	512
7.6 Provas	513
7.7 Intervenção do MP.....	513
7.8 Alegações finais.....	513

7.9 Julgamento: juízo rescindente e juízo rescisório.....	513
8 RECURSOS.....	514
9 RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA	514
EXERCÍCIOS.....	514
PARTE VI – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	517
CAPÍTULO I - LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	517
1 DEFINIÇÃO, OBJETO E SINCRETISMO	517
2 COMPETÊNCIA	517
3 PROCEDIMENTO	518
4 ESPÉCIES DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	519
4.1 Liquidação por cálculo.....	519
4.2 Liquidação por arbitramento.....	519
4.3 Liquidação por artigos	520
5 FIDELIDADE AO TÍTULO	521
6 LIQUIDAÇÃO ZERO	521
7 RECURSO CONTRA A DECISÃO DE LIQUIDAÇÃO	522
CAPÍTULO II - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	523
1 NOÇÕES GERAIS E IMPORTÂNCIA	523
2 O SINCRETISMO PROCESSUAL	523
3 TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	524
4 COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DE SENTENÇA.....	526
5 EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA.....	528
6 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER E DE ENTREGA DE COISA CERTA	530
7 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA ENTREGA DE COISA CERTA	532
8 IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA	533
9 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA	533
10 PARCELAMENTO.....	535
11 PROCEDIMENTO DA FASE EXECUTIVA, APÓS O NÃO CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO	537
12 DEMAIS ATOS EXECUTIVOS.....	539
EXERCÍCIOS CAPÍTULOS I E II	539
PARTE VII - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	543
1 NOÇÕES GERAIS	543
2 OS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS: ESPÉCIES	543
3 ATRIBUTOS DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	545
4 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.....	545
5 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA: PROCEDIMENTO	546
6 PARCELAMENTO.....	548
7 EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	548
7.1 Definição e objeto.....	548

7.2 Legitimidade para os embargos	549
7.3 Prazo	549
7.4 Desnecessidade de garantia do Juízo	550
7.5 Efeito suspensivo	550
7.6 Procedimento dos Embargos	551
7.7 Embargos à execução por carta precatória	552
8 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	552
9 EMBARGOS À ARREMATACÃO, À ALIENAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	554
10 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA	554
11 EMBARGOS À EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS	556
EXERCÍCIOS	556
PARTE VIII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E AÇÕES COLETIVAS	559
CAPÍTULO I - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	559
1 INTRODUÇÃO	559
2 HIPÓTESES DE CABIMENTO	560
3 LEGITIMIDADE	560
4 COMPETÊNCIA	561
5 ESPÉCIES DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	561
5.1 Consignação em pagamento mediante depósito em estabelecimento bancário – extrajudicial	561
5.2 Ação de consignação em pagamento mediante depósito judicial	562
6 QUADRO SINÓPTICO	564
CAPÍTULO II - AÇÃO DE DEPÓSITO	565
1 INTRODUÇÃO	565
2 PROCEDIMENTO	565
CAPÍTULO III - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	567
1 INTRODUÇÃO	567
2 PROCEDIMENTO DA AÇÃO PROPOSTA POR QUEM TEM O DIREITO DE EXIGIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS	567
3 PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PROPOSTA POR AQUELE QUE TEM O DEVER DE PRESTÁ-LAS	569
4 SENTENÇA	569
5 QUESTÕES POLÊMICAS	570
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS I A III	571
CAPÍTULO IV - AÇÕES POSSESSÓRIAS	573
1 INTRODUÇÃO	573
2 ESPÉCIES	573
2.1 Ação de reintegração de posse	573
2.2 Ação de manutenção de posse	573
2.3 Interdito proibitório	574
3 AÇÃO POSSESSÓRIA E AÇÃO PETITÓRIA	574

4 FUNGIBILIDADE ENTRE AS AÇÕES POSSESSÓRIAS	574
5 COMPETÊNCIA	575
6 LEGITIMIDADE ATIVA	575
7 LEGITIMIDADE PASSIVA	576
8 PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	576
9 PROCEDIMENTO	577
9.1 Ação de força velha e ação de força nova	577
9.2 Petição inicial	577
9.3 Contestação: o caráter dúplice das ações possessórias	578
9.4 Instrução processual	578
9.5 Sentença	578
10 QUESTÕES POLÊMICAS	579
EXERCÍCIOS	579

CAPÍTULO V - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO

FIDUCIÁRIA	581
1 A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	581
2 NATUREZA JURÍDICA	581
3 PROCEDIMENTO	582
3.1 Petição inicial e medida liminar	582
3.2 Contestação e pagamento integral da dívida	582
3.3 Sentença e fase recursal	583
4 CONVERSÃO DA BUSCA E APREENSÃO EM DEPÓSITO	584

CAPÍTULO VI - AÇÃO DE USUCAPIÃO

1 INTRODUÇÃO	585
2 PROCEDIMENTO	586

CAPÍTULO VII - AÇÃO MONITÓRIA

1 OBJETO, REQUISITO E CABIMENTO	587
2 PROCEDIMENTO	588

CAPÍTULO VIII - EMBARGOS DE TERCEIRO

1 CABIMENTO E OBJETO	591
2 NATUREZA JURÍDICA	593
3 COMPETÊNCIA	593
4 LEGITIMIDADE	593
5 PRAZO	594
6 PROCEDIMENTO	595
EXERCÍCIOS: CAPÍTULOS V A VIII	596

CAPÍTULO IX - AÇÕES LOCATÍCIAS

1 INCIDÊNCIA DA LEI DE LOCAÇÕES	599
1.2 Ações Locatícias	599
2 COMPETÊNCIA	599
3. AÇÃO DE DESPEJO	600
3.1 Introdução	600

3.2 Petição inicial	600
3.3 Medida Liminar	600
3.4 Citação.....	601
3.5 Contestação.....	601
3.6 Sentença.....	601
3.7 Execução da sentença da ação de despejo	602
3.8 Ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de aluguéis	603
3.9 Ação de despejo e ação de cobrança de aluguéis e acessórios.....	603
3.10 Ação de despejo e execução de título extrajudicial	604
4 AÇÃO CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL E ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO	604
4.1 Petição inicial	604
4.2 Repostas do réu.....	605
4.3 Sentença.....	605
5 AÇÃO REVISIONAL DE LOCAÇÃO	606
6 AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO.....	606
6.1 Requisitos para a renovação de locação	606
6.2 Petição Inicial	607
6.3 Citação	608
6.4 Contestação e contrapedido	608
6.5 Sentença.....	608
7 RECURSOS	609
EXERCÍCIOS	609
CAPÍTULO X - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	611
1 DESAPROPRIAÇÃO	611
2 ESPÉCIES DE DESAPROPRIAÇÃO	611
3 DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E POR INTERESSE SOCIAL: FASES PRÉ-PROCESSUAL E PROCESSUAL	612
4 COMPETÊNCIA.....	612
5 PROCEDIMENTO	612
5.1 Petição inicial	613
5.2 Imissão provisória na posse	613
5.3 Contestação.....	614
5.4 Sentença.....	614
5.5 Reexame necessário.....	615
5.6 Recursos	615
6 QUESTÕES SUMULADAS	615
EXERCÍCIOS	617
CAPÍTULO XI - AÇÃO CIVIL PÚBLICA	619
1 ESCORÇO HISTÓRICO, OBJETO E DISCIPLINA LEGAL	619
2 PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO.....	620
3 DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO AMPLO: DIREITOS DIFUSOS, DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO E DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	625
4 AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI	626
5 AÇÃO CIVIL PÚBLICA E TUTELA ESPECÍFICA	627

6 TUTELAS DE URGÊNCIA.....	627
7 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	628
8 INQUÉRITO CIVIL.....	630
9 AÇÃO CIVIL PÚBLICA E JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS...	632
10 LEGITIMIDADE PARA AGIR	633
10.1 Do Ministério Público.....	634
10.2 Legitimidade da Defensoria Pública.....	636
10.3 Legitimidade dos sindicatos e das associações.....	637
10.4 Das pessoas jurídicas de direito público e empresas estatais	638
10.5 Órgãos e entidades de defesa do consumidor	639
11 COMPETÊNCIA.....	639
12 DUPLICIDADE DE DEMANDAS.....	640
13 O PROCEDIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	641
13.1 Petição Inicial	641
13.2 Contestação.....	642
13.3 Instrução	642
13.4 Sentença e ônus sucumbenciais	642
13.5 Reexame Necessário.....	643
13.6 Recursos.....	643
14 COISA JULGADA.....	644
14.1 Coisa julgada <i>erga omnes</i> e coisa julgada <i>ultra partes</i>	644
14.2 Coisa julgada <i>secundum eventum probationem</i> e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> (ou <i>in utilibus</i>)	645
15 DESISTÊNCIA E ABANDONO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	646
16 LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA.....	647
16.1 Competência	647
16.2 Direitos difusos e coletivos em sentido estrito.....	648
16.3 Direitos individuais homogêneos.....	648
16.3 Procedimento da execução.....	648
17 FUNDO CRIADO PELO ART. 13 DA LACP.....	649
EXERCÍCIOS	649
CAPÍTULO XII - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	655
1 INTRODUÇÃO.....	655
2 NATUREZA JURÍDICA.....	655
3 IMPROBIDADE E DELITO: INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS	655
4 SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE	657
5 AÇÃO POPULAR E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	658
6 ESPÉCIES E TIPIFICAÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	658
7 LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA PARA A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	660
8 COMPETÊNCIA E PRERROGATIVA DE FORO	660
9 PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	661
9.1 Petição Inicial	662
9.2 Tutela cautelar	662

9.3 Notificação	664
9.4 Recebimento da Ação	664
9.5 Contestação.....	664
9.6 Instrução	665
9.7 Sentença e Dosimetria das Sanções	665
10 QUESTÕES FINAIS	666
EXERCÍCIOS.....	667
CAPÍTULO XIII - AÇÃO POPULAR	669
1 INTRODUÇÃO	669
2 OBJETO DA AÇÃO POPULAR	669
3 LEGITIMIDADE ATIVA	671
4 LEGITIMIDADE PASSIVA.....	672
5 ATOS PASSÍVEIS DE INVALIDAÇÃO	672
6 AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR	673
7 COMPETÊNCIA.....	673
8 PROCEDIMENTO DA AÇÃO POPULAR.....	674
8.1 Petição Inicial	675
8.2 Medida Liminar	675
8.3 Defesa do Réu.....	676
8.4 Intervenção de Terceiros.....	677
8.5 Desistência e Abandono da Ação Popular	678
8.6 Intervenção do Ministério Público.....	679
8.7 Provas	679
8.8 Sentença e Coisa Julgada.....	679
9 RECURSOS E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO	680
10 LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO	681
11 QUESTÕES FINAIS	682
EXERCÍCIOS	682
CAPÍTULO XIV - MANDADO DE SEGURANÇA.....	685
1 INTRODUÇÃO.....	685
2 CAPACIDADE DE SER PARTE E LEGITIMIDADE ATIVA.....	685
3 AGENTE COATOR E LEGITIMIDADE PASSIVA	685
3.1 Erro na indicação da autoridade impetrada.....	687
4 OBJETO DA IMPETRAÇÃO.....	687
5 HIPÓTESES DE NÃO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA	688
6 PRAZO PARA IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	690
7 COMPETÊNCIA.....	690
8 PROCEDIMENTO.....	694
8.1 Petição Inicial	694
8.2 Liminar em Mandado de Segurança	695
8.3 Pedido de Suspensão de Segurança	696
8.4 Prestação de informações e intimação da pessoa jurídica.....	696
8.5 Provas	697
8.6 O Ministério Público	697
8.7 Desistência da Ação.....	697

8.8 Sentença	698
9 REEXAME NECESSÁRIO	699
10 RECURSOS	699
11 COISA JULGADA	701
12 FASE EXECUTIVA	702
13 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	702
13.1 Questões introdutórias	702
13.2 Legitimidade Ativa	703
13.3 Objeto do Mandado de Segurança Coletivo	704
13.4 Liminar no Mandado de Segurança Coletivo	704
13.5 Coisa Julgada no Mandado de Segurança Coletivo	704
EXERCÍCIOS	705
BIBLIOGRAFIA	709